

## **Editorial**

### **Dossiê Animais e Antropologia**

**Andréa Osório (UFF; PPGCS/UFES)**

**Flávio Leonel Abreu da Silveira (PPGSA/UFPA)**

**M**odernidade e capitalismo são dois conceitos centrais da sociologia clássica sem os quais a própria disciplina não teria se estabelecido, mas são conceitos definidores também para o exercício antropológico. Foi na percepção de uma pré-modernidade não ocidental que toda a antropologia clássica delineou seu objeto de estudo – objeto, naquele momento, e não sujeito – conquanto o Ocidente capitalista já deitasse tentáculos sobre diversos continentes, na forma de um colonialismo cujas consequências ainda não foram superadas. A inserção da presença ocidental nunca pode ser propriamente apagada das etnografias clássicas, mas tomou tempo até que os antropólogos abandonassem o romantismo malinowskiano da busca pelo objeto em extinção (MALINOWSKI, 1976), isto é, o não-Ocidente não-ocidentalizado, para abraçar o colonialismo inexorável como uma realidade empírica a ser etnografada. Por consequência, o mesmo pode ser dito da modernidade e do capitalismo, que se espalharam pelos mesmos tentáculos do colonialismo, já que eram seu motor econômico e ideológico.

Etnografar (n)a modernidade e (n)o capitalismo se tornaram, progressivamente, mais comuns na Antropologia, marcando ainda uma separação entre o período clássico e contemporâneo da disciplina. O que alguns dos artigos deste dossiê têm em comum é justamente sua capacidade de enveredar pela modernidade e pelo capitalismo como pano-de-fundo, ao mesmo tempo em que falam sobre (e por) animais humanos e não-humanos. Uma das formas de se escrever sobre ambos os conceitos e as realidades que expressam é incorporar a noção de Antropoceno e seus correlatos – Capitaloceno, Plantationceno, Cthuluceno (HARAWAY, 2015) – todos derivados, em certa medida, do próprio capitalismo e seu impacto na definição de modernidade, com as consequências ecológicas e ambientais dos escopos econômico, social e tecnológico relacionados a ambos. O capitalismo é, ao mesmo tempo, organização social, cultural, econômica e política que conta com um suporte tecnológico específico. A modernidade é marcada pela ascensão do modelo capitalista, espalhado pelo planeta a partir de relações coloniais. O Antropoceno marca as consequências ambientais dessa expansão. Etnografá-lo é, em parte,

portanto, etnografar a contemporaneidade e seus impactos sobre humanos e não-humanos, entre eles os animais não-humanos.

A noção de modernização, tão cara à sociedade brasileira, tem sido pouco analisada à luz dos *Animal Studies*, principalmente no que se refere aos processos de transformação dos arranjos sócio-espaciais envolvendo as relações humanos-animais no cotidiano urbano ou rural (ou rururbano), e mesmo em relação às possíveis tensões com o mundo da "tradição", entendido a partir das formas duradouras de relações não derivadas dos impulsos prometeicos da modernidade – que, justamente, se chocam com a "tradição do novo" (BAUDRILLARD, 1985), mais ou menos efêmeros, que esses mesmos impulsos promovem no cotidiano das relações humanos-animais na contemporaneidade. Nota-se que, com a exceção de Aprobato Filho (2006), cuja tese de doutorado em História versa exatamente sobre essa interseção, os *Animal Studies* no Brasil têm refletido pouco sobre um tema fundamental da sociologia brasileira e que merece a devida atenção.

Em "A controvérsia dos jegues: tabus alimentares e espécies companheiras no Nordeste", Sussekind e Maria nos introduzem a um dos aspectos deste recorte necessário ao entendimento das problemáticas em torno das reconfigurações das formas tradicionais diante da modernidade como aposta na renovação na vida cotidiana, mais ou menos contraditória no âmbito das sociações entre coletivos diversos, que é a relativamente recente e, aparentemente, inevitável mudança que vem ocorrendo no interior nordestino desde o início do milênio. Nesse contexto, o jegue reinou absoluto, figurando como ator e personagem mobilizador de imaginários potentes em torno das imagens do equino trabalhador e companheiro, mas que, por ora, vem sendo substituído por motocicletas, apelidadas, não por acaso, de "jegues". A reduplicação simbólica do equino pelas feições tecnológico-consumistas que se consubstanciam na figura da moto-jegue tem como resultado um progressivo e maciço abandono dos animais, cujo pano de fundo engloba, ainda, aspectos característicos do Antropoceno, como as mudanças climáticas que acirraram a seca na região durante o período analisado, redefinindo paisagens sob a perspectiva de novas formas de relações com o tempo e o espaço dos coletivos humanos em regiões que marcam, tragicamente, a obsolescência animal.

Neste sentido, a questão do que fazer com um animal cujo valor afetivo e econômico parece ter se esvaído das formas contemporâneas de vida regional vibra como um dilema ético-estético em pleno sertão, uma problemática da modernidade diante da alteridade animal. O levantamento dos autores aponta para sucessivas (e infrutíferas) tentativas de incorporação do jegue como animal produtivo, não mais de tração, mas de consumo: leite e carne. A reação foi, como seria previsível a qualquer um que conheça o movimento animalitário,

desdobrada em ações jurídicas e um discurso pronto acerca de maus-tratos, que não costumavam ser acionados antes da possibilidade do abate dos animais. Ecoam aqui, como demonstram os autores, os fantasmas sobre consumo de equinos e cães, conforme apontado por Sahlins (2003) em controvérsia similar nos Estados Unidos. A China emerge, no contexto sertanejo, conforme os dados analisados pelos autores, como o mercado consumidor prioritário dos equinos, o que aponta tanto para aspectos do capitalismo internacional e a centralidade do mercado chinês na contemporaneidade, quanto para a exotização contínua daquele país como um consumidor de animais considerados tabu no Ocidente.

Na outra ponta dos conflitos socioambientais, passando dos animais domésticos aos silvestres, temos o artigo de Eliane Sebeika Rapchan, intitulado "Doença, conflito e extinção: sobre as relações entre humanos e macacos mediadas pelos surtos recentes de febre amarela no Brasil (2011-2018)". Os tipos de ameaças que o jegue e o macaco-prego, especificamente, impõem, e às quais estão submetidos, são distintos, bem como os pontos de vista acionados por seus defensores, pondo em relevo o problema sociológico simmeliano (SIMMEL, 1983) da tensão entre proximidade e distância nas relações entre humanos e não-humanos. Para os animais domésticos, maus-tratos e abandono constituem categorias de uma lógica que os pensa associados aos humanos. Por outro lado, no que se refere aos silvestres, especialmente os nativos, o maior problema é a perda de habitat e o contato próximo com os humanos. Para os primeiros, a proximidade é constitutiva das relações de domesticidade, enquanto que, para os segundos, o distanciamento é exigido como referência de "naturalização", de existência de uma biodiversidade ameaçada. Militantes animalitários defendem os primeiros, ao passo em que são ecologistas, gestores ambientais, biólogos e cientistas que, majoritariamente, efetuam uma defesa mais intensiva dos segundos, mantendo a característica separação ocidental entre natureza e cultura, rural e urbano, selvático e domesticado. Se os silvestres estão protegidos de ações de abate e consumo por legislação específica que proíbe a caça e o aprisionamento – mas, paralelamente, restringe sua existência a áreas de conservação – conquanto se possa questionar a eficácia de sua implementação real, os domésticos são "protegidos" apenas por hábitos alimentares, regulação de mercado e militantes animalitários. Percebe-se que, de qualquer forma, em ambos os casos, ecologistas e militantes da causa animal são em sua maioria urbanos.

Em um certo sentido, a autora se pergunta como os macacos, com todas as características para angariar simpatia pública – como o jegue – se tornam, sob o ponto de vista sanitário, vilões dispersores de uma endemia capaz de atingir humanos. O pano de fundo da problemática apontada por ela é o maior surto de febre amarela dos últimos anos, doença que ocupa um lugar central na

história das endemias brasileiras e sua gestão pelo poder público desde longa data. Contudo, dessa vez, o impacto sobre os primatas não-humanos passou a ser registrado/quantificado/analísado sob o prisma científico de caráter epidemiológico-sanitarista, o que nos simetriza a esses parentes distantes em nossas semelhanças imunológicas, como Rapchan aponta. Humanos e primatas são vítimas do *Aedes aegypti*, propagador da doença. Contudo, sabe-se que a reação de parte da população brasileira foi contra os macacos, e não simplesmente contra os mosquitos, gerando um emaranhado interespecífico de conflitos e controvérsias acerca do que fazer e como reagir a uma epidemia contemporânea que tensiona as fronteiras entre selvático e doméstico, urbano e rural, casa e rua.

O mosquito afetou a população de várias espécies de primatas que não apenas os macacos-pregos, reduzindo contingentes populacionais que já eram escassos. Em populações humanas, a vacinação é um recurso de prevenção. O mesmo poderia ser efetuado com os macacos? E como isto poderia, tecnicamente, ser realizado? Como a imunização dos primatas *in loco*, nas florestas praticadas por eles, entrelaçaria a tecnociência pela administração do vivo à conservação tanto da saúde de primatas (humanos e não-humanos) quanto àquela da biodiversidade existente na zona rural, ou próxima aos centros urbanos? O debate levantado pela autora instiga-nos a pensar nas formas concretas de simetrização entre corpos humanos e não-humanos, formas conjuntas de gestão do vivo e de proteção socioambiental, ao mesmo tempo em que não ignora a força atual da retórica corrente, identificada com uma visão antivacina, anticiência e anticonservação – a última, inclusive, liderada pela expansão agrícola que se radicaliza a partir da segunda metade do século XX e que, não obstante, é paralela a uma expansão urbana em todo o país. Por outro lado, a hierarquização entre humanos e não-humanos é evidente, inscrevendo a uns o direito à vida e à existência, enquanto refuta, prática e concretamente, o mesmo direito a corpos e espécies que são afetados de maneira similar.

Se os macacos são “sentinelas” da febre amarela, fica evidente que outros animais podem nos comunicar aspectos diversos sobre o mundo compartilhado com eles. Lucas Lima dos Santos, em “Entre bichos e pontalistas: a noção e a previsão do tempo”, descreve como os habitantes da vila do Pontal do Leste (extremo sul da Ilha do Cardoso, Cananeia, SP) preveem e percebem o clima a partir de interações interespecíficas bastante sutis. O comportamento animal e os ventos formam um cenário que permite aos residentes preverem mudanças no tempo e estabelecerem hermenêuticas em relação ao meio, às paisagens, num jogo social com agentes não-humanos vivos ou não que identifica comportamentos, práticas e agências de entes capazes de configurar cenários coexistenciais sensíveis e extensíveis às agências de coletivos

humanos atentos às relações ecossistêmicas em seus lugares praticados, ao que seria diverso de si ainda que conexo à sua existência coletiva porque em relação a outros coletivos com os quais compartilham o mundo.

Nestes termos, o joão-de-barro é a espécie privilegiada na análise do autor, visto que a construção de seu característico ninho, de onde extrai seu nome popular, é uma complexa interação de materiais diversos (areia, barro e gravetos), suportes (árvores, galhos, etc.) e condições meteorológicas, como a direção dos ventos, trovoadas e tempestades. O animal é reputado como *adivinhando* a futura direção dos ventos, na medida em que a porta do ninho deve estar contra as flutuações eólicas e pluviais que dinamizam as paisagens locais. Os ventos, contudo, apresentam uma constância conforme as estações. O inverno é marcado pelo oitante sudoeste-sul, ao passo em que o verão é marcado pelo oitante nordeste-leste, que correspondem a sazonalidades distintas: respectivamente, estações frias e quentes.

É interessante perceber como as transformações provocadas por agências gestadas no Antropoceno, especialmente aquelas vinculadas às mudanças climáticas, são percebidas pelos pontalistas, conforme identificado pelo autor. As épocas de transição de ventos e, portanto, das duas grandes estações (calor/frio) passaram a ser percebidas como um tempo “maluco”, que afeta a época de reprodução dos pássaros e, conseqüentemente, a construção dos ninhos e seu potencial de previsibilidade do tempo. A previsibilidade das mudanças sazonais é importante porque os ventos alteram correntes marítimas e o deslocamento de cardumes em uma região pesqueira, tendo desdobramentos diretos sobre a economia e os modos de vida locais.

Além disso, também se prevê se as estações serão chuvosas, o que igualmente afeta a prática pesqueira. As “viradas de tempo”, isto é, as chegadas de “mau tempo” também são marcadas pelos comportamentos animais. Não apenas o joão-de-barro se torna índice, mas igualmente alguns insetos, que podem formar enxames ou, no caso de mosquitos, atacar impiedosamente os humanos e, desta forma, alterar o cotidiano das pessoas.

Ainda na seara dos conflitos socioambientais, o artigo de Silva e Nascimento reflete sobre outro animal silvestre e os espaços de convivência entre humanos e não-humanos em contextos de expansão urbana e turística. Em “Aprendendo a conviver com os tubarões: relações entre humanos e não humanos em Recife e no Arquipélago de Fernando de Noronha (BRA)”, as autoras discutem uma presença que se tornou tão comum na costa pernambucana quanto o jegue era comum no interior, já que não há quem nunca tenha ouvido falar em encontros malfadados entre humanos e algumas espécies do temido peixe na região de Recife e, a partir de 2015, em Noronha. É um caso singular de análise de um animal selvagem, em seu próprio habitat,

e em meio urbano ao mesmo tempo, e que permite perguntar, como as autoras apontam, quem é vítima e quem é algoz, quem está no lugar devido e quem não está, e como gerir as consequências dos encontros que podem resultar em experiências agonísticas.

Como áreas de lazer, o mar e as praias sofreram impactos significativos após a divulgação dos “maus encontros” entre humanos e tubarões, termo que as autoras preferem, em detrimento da noção de ataque, e que nem sempre corresponde às agências do grande predador quando a iminência do encontro se efetiva. A partir de tais experiências de encontro humano-animal, percebe-se que surfistas, banhistas, turistas e a economia que movimentam foram afetados de uma forma ou de outra pela presença de tais peixes, indicando como agentes não-humanos interpõem problemas concretos ao mundo humano, especialmente quando praticam espaços em comum.

É interessante, contudo, seguir o percurso que as autoras fazem em busca de respostas para tais encontros: foram os animais que indevidamente passaram a se aproximar mais da costa em busca de ampliação de seu nicho alimentar? Foram os humanos que, a partir de suas práticas de lazer, invadiram o meio próprio aos tubarões? Foram certas condições ecológicas, pela via das ações destrutivas sobre os ecossistemas, que produziram desequilíbrios e com isso trouxeram os tubarões ao convívio tensional com humanos? As respostas começam a emergir quando se observa perfis mais ou menos homogêneos de humanos afetados em Recife e Fernando de Noronha, paralelamente a conjunções com situações ecológicas específicas, desenhando as teias complexas que permitem os encontros naqueles contextos distintos.

Outro tipo de encontro é analisado por Beto Vianna em “Aves e não aves em linguagem: Parque dos Falcões”. Baseando-se na Biologia do Conhecimento de Maturana e Varela (MATURANA, 1997; MATURANA; VARELA, 1998; MATURANA; VARELA, 2003), o autor discute problemas relativos às relações entre humanos e aves a partir do conceito de *imprinting* (LORENZ, 1986) e suas limitações práticas para interações interespecíficas em um “centro de educação ambiental e de reprodução, reabilitação e treinamento de aves de rapina”, “acolhidas” a partir de “uma história de maus tratos ou apreendidas no tráfico de animais silvestres”. As aves são reabilitadas e soltas quando possível, ou ficam aos cuidados do parque que cumpre, portanto, um papel de relevância na conservação da avifauna regional e na sensibilização do olhar que os humanos lançam à biodiversidade de aves no contexto sergipano.

Fora do possível escopo de domesticação, as aves de rapina do parque desafiam, ao mesmo tempo, classificações sobre asselvajamento e, junto com humanos, produzem complexidades em torno do que se considera selvático e/ou domesticado. Um processo de habituação, mais do que de amansamento,

parece ser construído a partir de dois indivíduos particulares, ave e não ave, sem que a espécie seja um marcador forte da interação. Não apenas os humanos devem aprender a se relacionar com as aves, como elas, também, podem aprender novas condutas a partir de relações com os humanos e entre si, contrariando a noção de *imprinting* como um comportamento imutável. Percebe-se que as aves exercem agências que implicam atenção e escolhas quanto às relações que estabelecem com outros existentes. Reversões de *imprinting* são tomados como eventos inteligentes, como inter-relações que, embora raras, são possíveis a partir de uma mútua compreensão interespecífica.

Em “Entre laços e gravatas: gênero e animais de companhia”, Abonizio, Baptistella e Costa refletem sobre a indústria *pet* e a forma como adereços são comercializados, marcando a diferença entre machos e fêmeas num contexto de consumo e de produção de intersubjetividades humano-animais. Consumidores ávidos por marcarem distinções sexuais em seus cães escolhem roupas, coleiras, bandanas, gravatas, entre outros elementos, para identificarem e estabelecerem laços sensíveis com seus *pets*. Chama a atenção como concepções sobre diferenças de gênero típicas dos humanos deslizam para os animais e complexificam certo imaginário em torno dos papéis, lugares, tonalidades e subjetividades relacionados aos polos masculino/feminino no contexto de consumo *pet*, atribuindo docilidade e bom temperamento às fêmeas e, aos machos, ao contrário, uma conduta mais aventureira e territorialista.

No artigo, são vários os exemplos mobilizados que indicam a reprodução de uma concepção binária de sexo e de gênero, que inclui traços de um sexismo e machismo característicos da sociedade brasileira, transfigurados para as agências animais no âmbito doméstico e que apontam para uma antropomorfização concomitante a uma infantilização dos *pets* em questão, enquanto falam, metaforicamente, das formas como os tutores veem e percebem as interfaces entre gênero e sexo no contexto estudado.

Representações simbólicas relacionadas aos animais emergem também no artigo de Indira Caballero, “O que a corrida de touros andamarquina pode nos dizer sobre as relações entre humanos e animais nos Andes peruanos?”. Baseada em pesquisa de campo no Peru, a autora discute a Festa da Água, a Festa do Sangue, versões da tourada hispânica e sua transformação no ritual contemporâneo, marcado menos pela morte e mais pela comicidade presente na sociabilidade festiva. Durante duas semanas de agosto, a Festa da Água marca o início do ano agrícola em Andamarca, pequeno povoado andino.

A disputa entre humanos e touro delineia a forma de tauromaquia andina descrita pela autora, mas empolga ao público que o animal bravo tenha alguma vantagem em relação ao toureiro e aos palhaços, que animam a plateia com

performances cômicas. Há outros momentos do ciclo festivo em que a comicidade é mobilizada, o que faz a autora refletir sobre sua centralidade em todo o período ritual: mais do que agonística, a tauromaquia andamarquina é risível. A rivalidade emerge ritualmente não apenas entre humanos e touros, mas entre grupos de humanos em disputa no contexto da tauromaquia.

Uma ecologia específica é mobilizada, classificando os espaços em altos e baixos, e os animais em selvagens e domésticos, entre aqueles e o gado leiteiro e o de tração, vistos como animais "que trabalham", devidamente amansados e marcados, e que devem obedecer a comandos humanos. O touro da *corrida*, ao contrário, deve apresentar um grau de fúria e perigo, que é identificado igualmente aos altiplanos em que habita. O encontro na "arena", a *rueda*, diferentemente dos encontros com tubarões de que nos falam Silva e Nascimento, são minimamente controlados, na medida em que o espaço está demarcado e o touro é trazido do alto, onde habita, para o baixo, lugar mais caracteristicamente antrópico, mas também no sentido de que o animal não é morto.

Esse enfrentamento, sugere a autora, marca mais uma forma de reunião do que um conflito aberto no qual apenas um dos lados deve se sobrepor. O caráter alegre da festa parece residir, portanto, nesse momento de comunhão e manutenção de laços entre humanos e não-humanos. O riso se torna um veículo de inversão, quando forças temidas e cósmicas, as quais devem ser respeitadas, e simbolicamente associadas ao touro bravo, são alvo do deboche, re-unindo o que costuma estar, de certa forma, apartado.

O que os trabalhos reunidos neste Dossiê apontam para o contexto brasileiro é a presença de uma heterogeneidade humano-animal que indica processos multidiversos de proliferações socioculturais, as quais vinculam humanos e não humanos, nas suas diferenças coligadas, na conformação de contextos relacionais híbridos e complexos na contemporaneidade. Revelam, ainda, as formas como os coletivos humanos encontram para coexistir com as alteridades animais em jogo. Sendo assim, humanos *com* não-humanos produzem formas culturais muito diversas a partir de socialidades, ou talvez de sociações, atravessadas por entrelaçamentos bastante palpáveis, mas nem por isso menos contraditórios.

A relevância de refletirmos sobre certas dimensões simbólicas relacionadas a aspectos concretos da vida dos animais, incluindo-se a ecologia nas suas variações ambientais, mentais e sociais, coloca o conjunto de trabalhos presentes no Dossiê deste volume como mais uma contribuição importante para o campo dos estudos antropológicos das relações humanos-animais no contexto nacional.

**REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:**

APROBATO FILHO, N. 2006. *O Couro e o Aço: sob a mira do moderno: a 'aventura' dos animais pelos 'jardins' da Paulicéia, final do século XIX/início do século XX*. São Paulo: Tese de Doutorado em História Social, USP.

BAUDRILLARD, J. 1985. Modernité. In: *Encyclopaedia Universalis*. Paris, 12, pp. 424-26.

HARAWAY, D. J. 2015. Antropocene, Capitalocene, Plantationocene, and Chthulucene: making kin. *Environmental Humanities*, 6, pp. 159-165.

LORENZ, K. 1986. *Evolução e modificação do comportamento*. Rio de Janeiro: Interciência.

MALINOWSKI, B. 1976. *Argonautas do Pacífico Ocidental*. São Paulo: Abril Cultural.

MATURANA, H. 1997. Biologia da linguagem: a epistemologia da realidade. In: MAGRO, C.; GRACIANO, M.; VAZ, N. (orgs.). *Humberto Maturana: A ontologia da realidade*. Belo Horizonte: Editora UFMG, pp. 123-166.

MATURANA, H.; VARELA, F. 1998. *The tree of knowledge: biological roots of human understanding*. Boston: Shambala.

MATURANA, H.; VARELA, F. 2003. *De máquinas y seres vivos*. Buenos Aires: Lumen.

SAHLINS, M. 2003. A preferência de comida e o tabu nos animais domésticos americanos. In: SAHLINS, M. *Cultura e Razão Prática*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor. Pp. 170-178.

SIMMEL, G. 1983. O estrangeiro. In: MORAES FILHO, E. de (Org). *Sociologia*. São Paulo: Ed. Ática. Pp.182-188.